



Amagis

NA IMPRENSA

OUTUBRO DE 2011

JORNAL VALE DO AÇO (IPATINGA) • 21 DE SETEMBRO DE 2011

8

VALE DO AÇO • QUARTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2011

CIDADES

PROTESTO NESTA QUARTA

Magistrados suspendem audiências

Juízes querem chamar a atenção para más condições de trabalho e dificuldades de funcionamento, reivindicando também maior segurança

DA REDAÇÃO - Magistrados de todo o país realizam nesta quarta-feira (21) uma manifestação em prol da valorização de sua carreira. No Vale do Aço, muitos dos juízes estaduais aderiram ao movimento e, seguindo a orientação da Associação dos Magistrados

Brasileiros (AMB), suspenderão as audiências de instrução e julgamento agendadas.

Conforme o diretor regional da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), que congrega os juízes estaduais, juiz Marcelo Rodrigues Fioravante, o protesto não se trata de uma greve, já que os trabalhos internos

serão realizados normalmente, mas de uma forma de a magistratura brasileira mostrar à sociedade e aos poderes públicos suas más condições de trabalho e dificuldades de funcionamento.

"Estamos reivindicando maior segurança no exercício da nossa função, reposição salarial de todas as perdas causadas pela inflação e condições mais dignas de trabalho, com maior informatização, mais assessores, melhoria dos prédios,

entre outros, a fim de conferirmos maior celeridade e eficiência à prestação jurisdicional", resume.

Fioravante argumenta ainda que a insatisfação com a política remuneratória decorre do congelamento do salário dos magistrados desde 2006. "Já estamos há cerca de cinco anos sem qualquer reajuste, enquanto as outras carreiras têm todos os anos uma recomposição em sua data-base. Por outro lado, enfrentamos o aumento crescente das demandas do Judi-

ciário e percebemos que não estamos estruturados para isso", observa.

O magistrado esclarece que as audiências suspensas serão designadas para nova data e que as partes serão informadas da mudança no próprio ato. Já as audiências de conciliação não serão suspensas.

Juízes federais e do Trabalho também fortalecem a mobilização nacional, mas não há informações sobre a suspensão de audiências.

O TEMPO ONLINE • 21 DE SETEMBRO DE 2011

O TEMPO
online

Magistrados fazem manifestação em BH por melhores condições de trabalho

MÁBILA SOARES
Siga em: twitter.com/OTEMPOonline

21/09/2011 15h42

FOTO: ADRIANO BOAVENTURA

Cerca de 45 magistrados, entre juízes e promotores, fizeram nesta quarta-feira (21) uma manifestação na porta do Fórum Lafayette, no bairro Barro Preto, região Centro-Sul de Belo Horizonte. De acordo com a Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS), o protesto é nacional e tem como objetivo mostrar à sociedade e aos poderes públicos as más condições de trabalho e dificuldades de funcionamento da classe.



Manifestação aconteceu de forma pacífica e não houve tumulto no local

Conforme a AMAGIS, durante todo o dia, várias audiências foram adiadas e serão remarçadas em uma nova data, ainda a definir. A manifestação acontece também nas comarcas do interior de Minas. A associação alerta que a atual situação pode comprometer a independência e boa qualidade dos julgamentos, levando ao enfraquecimento e ao retrocesso institucional.

Entre as reivindicações dos magistrados estão a garantia de maior segurança no exercício da função, reposição salarial de todas as perdas causadas pela inflação, já que a categoria afirma estar há 5 anos sem qualquer reajuste, além de condições mais dignas para maior celeridade do trabalho (maior informatização, mais assessores, melhoria dos prédios).

De acordo com a Polícia Militar, a manifestação acontece de forma pacífica e não há tumulto no local. Já a BHTrans afirma que o trânsito no local flui normalmente, nesta tarde.

ESTADO DE MINAS (BH) • 22 DE SETEMBRO DE 2011

ESTADO DE MINAS • QUINTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO

POLÍTICA

JUIZES NA LUTA

MARCOS MICHELIN/EM/D.A. PRE

Juízes mineiros paralisaram os trabalhos ontem em adesão ao Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público. A mobilização no Fórum Lafayette, em BH, contou com apenas 40 juízes, entretanto o diretor da

Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Edison Feital, disse que a adesão no estado foi total e só ocorreram audiências de urgência. Em Brasília, cerca de 1,3 mil magistrados, promotores e procuradores de todo o país fizeram uma caminhada até o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Entre as solicitações estão o reajuste salarial referente a cinco anos de perdas com a inflação e uma política nacional de segurança para esses profissionais. Eles defendem o reajuste do teto salarial do serviço público. O salário equivale ao dos ministros do STF e está fixado hoje em R\$ 26,7 mil.



HOJE EM DIA (BH) • 22 DE SETEMBRO DE 2011

CORREIO DE UBERLÂNDIA (UBERLÂNDIA)
21 DE SETEMBRO DE 2011

HOJE EM DIA - BELÓ HORIZONTE, QUINTA-FEIRA, 22/9/2011

4 Política

Juízes e procuradores
protestam por salário

Reivindicações incluem política de segurança judiciária e reajuste de 14,79%

HÉDIO FERREIRA JÚNIOR
hjunior@hojeemdia.com.br

BRASÍLIA - A criação de uma política de segurança judiciária e a recomposição salarial de 14,79% mobilizou ontem cerca de mil juízes, procuradores e promotores públicos em um ato no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal (STF). Pela primeira vez, as entidades de defesa das duas categorias se uniram em um movimento integrado para reclamar perdas salariais resultantes da inflação de 2006 a 2010 e a insegurança a que estão expostas integrantes da Justiça no Brasil.

O assassinato da juíza Patrícia Acioli em Niterói, no Rio de Janeiro, pautou a manifestação dos magistrados, promotores e procuradores, que se reuniram com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), na busca de apoio à aprovação do projeto de reajuste que está no Congresso. A proposta enfrenta resistência do Executivo, que teme um impacto nos cofres públicos de R\$ 7,7 bilhões - resultado do efeito cascata para o funcionalismo público.

As entidades dos magistrados garantem que o impacto não passaria de R\$ 400 milhões e que é possível aprovar um reajuste para o Judiciário sem estar atrelado à folha do pagamento do funcionalismo público. "Não estamos pedindo aumento de salários,

IVALDO CAVALCANTE



Manifestação reúne cerca de mil juízes, procuradores e promotores públicos em Brasília

mas recomposição dessas perdas que tivemos até o ano passado", disse o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), desembargador Nelson Calandra.

Já a política de segurança judiciária requer, de acordo com o presidente Nacional dos Procuradores do Trabalho e coordenador da Frente Associativa do Ministério Público, Sebastião Vieira Caixeta, medidas permanentes e não pontuais como simplesmente a escota a juízes, procuradores e promotores.

Um dos problemas apontados pelos juízes brasileiros

AMB descarta que
o não atendimento
das reivindicações
possa resultar em
greve do Judiciário

é a falta de um local especial para o armazenamento de armas apreendidas pela Justiça e que hoje ficam sem o devido policiamento nos fóruns

de todo o país. "Precisamos de uma estrutura de segurança nos fóruns e um aparato conjunto das polícias Federal, Civil e Militar na proteção do Judiciário", disse Caixeta. Calandra descartou que o não atendimento imediato das reivindicações possa resultar em greve do Judiciário. "Vamos dialogar, acima de tudo", garantiu. Após ato no Salão Negro do Congresso Nacional, os manifestantes caminharam até o Supremo Tribunal Federal (STF). Uma comissão das entidades foi recebida pelo presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso.

JUSTIÇA

JUÍZES TAMBÉM
PARALISAM HOJE

O Poder Judiciário fará hoje uma mobilização nacional em defesa da dignidade e pela valorização da classe. Em Uberlândia, os magistrados vão aderir ao movimento e suspender as audiências, exceto os casos de réus que estão presos ou casos de urgência.

REIVINDICAÇÕES

Entre as principais reivindicações estão a garantia de maior segurança pessoal e para o exercício da função jurisdicional; condições mais dignas para maior celeridade do trabalho e reposição salarial de todas as perdas causadas pela inflação. "A nossa estrutura é deficitária, há uma quantidade excessiva de processos, falta de pessoal. Aqui temos duas varas de Fazenda Pública com 112 mil processos", disse o juiz da 6ª Vara Civil de Uberlândia e diretor da Amagis, César Aparecido de Oliveira.

Em Minas, mobilização foi tímida

ANA FLÁVIA GUSSEN
agussen@hojeemdia.com.br

Uma tímida mobilização marcou o Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público em Minas Gerais. Cerca de 50 magistrados ligados à Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) se reuniram no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, e protestaram por maior segurança para o exercício da função, melhoria de infraestrutura, aumento de assessoria e reposição salarial. O Ministério Público Estadual não aderiu ao protesto, segundo a assessoria de imprensa.

Além da movimentação no fórum, os magistrados também não realizaram audiências durante todo o dia de ontem, com exceção de processos em regime de urgência. Segundo o diretor da associação, juiz Edson Feital, 294 comarcas foram no-

tiçadas da paralisação, assim como todos os fóruns e seccionais da Amagis. Ainda de acordo com o magistrado, o presidente da associação, juiz Bruno Terra Dias, compareceu à mobilização em Brasília.

"Organizamos uma paralisação consciente. O objetivo é mostrar para a sociedade os problemas que enfrentamos. Temos o mesmo número de funcionários há dez anos, sendo que o número de processos aumentou em dez vezes", declarou Feital. Segundo levantamento da Amagis, a Justiça em Minas possui um acúmulo de 3,780 milhões de processos. Entre janeiro e maio desse ano, 637 mil foram distribuídos, 388 mil julgados e 574 mil encerrados.

Ainda de acordo com Feital, a segurança e o baixo número de magistrados e funcionários são responsáveis diretos pela morosidade da Justiça. "O Estado não nos oferece segurança. Eu mesmo, co-

CARLOS ROBERTO

EDIFÍCIO GOVERNADOR MILTON CAMPOS
FÓRUM LAFAYETTE

Cerca de 50 magistrados participaram do ato em Belo Horizonte

mo juiz de tóxicos, sou ameaçado de morte. Em Minas temos apenas o embrião de uma situação que visa proteger os juízes. Existem, inclusi-

ve, bandidos infiltrados na segurança pública", protestou o magistrado. Hoje, os magistrados voltarão normalmente ao trabalho.

HOJE EM DIA (BH) • 18 DE SETEMBRO DE 2011

SÃO LOURENÇO JORNAL (SÃO LOURENÇO) • 8 DE SETEMBRO DE 2011

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE, DOMINGO, 18/9/2011

12 Opinião**Subsídios da magistratura**BRUNO TERRA DIAS * E
CARLOS FREDERICO BRAGA DA SILVA **

Faz parte do jogo democrático a renovação de discussões, especialmente em tempos de crise, na busca de novas fórmulas de equilíbrio da equação financeira dos gastos do Estado. Vivemos mais um desses momentos em que, sob tutela do argumento de responsabilidade fiscal, passam despercebidos valores e princípios, opções fundamentais registradas na história dos povos mais desenvolvidos da civilização ocidental. Problemas de economia, ética federativa e garantias democráticas misturam-se em um caleidoscópio político em que a história e a razão de ser das instituições são facilmente afastadas em favor de acomodações fortuitas. O tratamento dispensado aos subsídios da magistratura tem se revelado um caso típico.

Alexander Hamilton, um dos mais destacados redatores da Constituição Americana, escreveu, nos Federalist Papers (nº 79), que nada pode contribuir mais para a independência dos juízes do que uma provisão pecuniária fixa, para que eles suportem as suas despesas. Isso porque, no curso geral da natureza humana, o poder de fixar o salário de um homem equivale a dominar a sua vontade. Não basta apenas que sejam irredutíveis nominalmente os subsídios dos juízes; é necessário que haja correção periódica do poder de compra dos subsídios, determinando nossa Constituição de 1988 que tal ocorra anualmente (nesse ponto, dela se faz letra morta, pois o último reajuste, de 8,88%, foi implementado a partir de janeiro de 2006, acumulando-se, desde então, inflação não inferior a 30%).

A mais que bicentenária Constituição Americana é saudada por muitos como uma das explicações

para que os Estados Unidos da América sejam a potência que todos conhecemos. A força e o vigor da democracia e da sociedade norte-americana, não se pode olvidar, têm como garantidor um Judiciário forte e independente. Em recente advertência, no julgamento do caso Boumediene v. Bush, 128 S. Ct. 2229, 2277 (2008), que tratava da ilegalidade das conhecidas prisões em Guantánamo, decidiu a Suprema Corte dos Estados Unidos que as leis e a Constituição são elaboradas para serem aplicadas, bem como para permanecerem vigentes, ainda que em tempos extraordinários.

Liberdade e segurança, princípios e valores, responsabilidade fiscal e dignidade dos subsídios podem ser conciliados. As opções políticas fundamentais inscritas na Constituição não devem ser afastadas ao jogo de planos de governo, mas planos de governo devem ser ajustados ao texto constitucional. A alegação de crise não é argumento válido a gerar um estado de exceção, com o intuito de afastar a inexorável incidência da Constituição. Uma democracia se destrói quando os dirigentes eleitos desconsideram as conquistas políticas do povo e buscam fazer prevalecer interesses pouco transparentes.

Confia-se que as autoridades contribuirão para o fortalecimento das instituições e trabalharão para o engrandecimento do Poder Judiciário, garantidor constitucional de nossa recente democracia. Defender a aplicação do estabelecido na Constituição é valorizar a democracia e concretizar o que já foi consagrado pelos representantes do povo brasileiro, que instituíram o sistema de subsídios e ordenaram a sua revisão anual.

(*) Presidente da Amagis

(**) Diretor de Direitos Humanos da Amagis

**SÃO LOURENÇO - JORNAL**

FUNDADO EM 1933

O semanário mais antigo de Minas Gerais - 73 anos informando com credibilidade



Imprimir

Enviado em: 08-09-2011
Autor: Cristiano SiqueiraALTERA O
TAMANHO DA LETRA A- A+

AMAGIS apóia o dia de alerta da AMB

AMAGIS APOIA O DIA DE ALERTA DA AMB



Desembargador Reynaldo Ximenes (esq) e o Juiz Fernando Catapano encabeçam esta luta

O Conselho de Representantes da AMAGIS (Associação dos Magistrados Mineiros) reuniu-se no último dia 02 de setembro, na sede da Associação, em Belo Horizonte. Na ocasião, foram deliberados o apoio à AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) e a participação de toda a magistratura no Dia de Alerta, marcado nacionalmente para o próximo dia 21 de setembro. O Juiz Titular da Segunda Vara Cível de São Lourenço, Doutor Fernando Catapano Xavier, na qualidade de Diretor da 17ª Seccional e integrante do Conselho de Representantes da AMAGIS, representou os magistrados da região no encontro e informou ao São Lourenço Jornal que "o objetivo é mobilizar a classe por melhores condições de trabalho e segurança para os magistrados, assim como revelar à sociedade a realidade da maior parte dos magistrados brasileiros, com todas suas agruras, privações sociais, falta de segurança e ausência de estrutura pessoal e material para trabalhar. É uma mobilização pela valorização da Magistratura. Casos como o da execução da Juíza Patrícia Lourival Acioli não podem se repetir", disse o Doutor Fernando Catapano.

O TEMPO (BH) • 28 DE SETEMBRO DE 2011

Cidades**ÉLDER MARTINHO**

COM FÁBIUS ALVIM

elder.martinho@otempo.com.br

O TEMPO Belo Horizonte
QUARTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2011

29

Ouro Preto

Será lançado na próxima sexta-feira, 30, em Ouro Preto, o sexto número da revista "MagisCultura", publicação da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) que reúne textos literários e culturais de juízes e desembargadores de Minas Gerais. O lançamento da revista será na antiga Vila Rica, na Casa dos Contos, às 11h, para homenagear os 300 anos das vilas do ciclo do ouro em Minas. A revista apresenta um texto do prefeito de Ouro Preto, Ângelo Oswaldo, convidado especial da publicação e que é um especialista na história e na arte colonial mineira.

HOJE EM DIA (BH) • 1º DE SETEMBRO DE 2011

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE, QUINTA-FEIRA, 1/9/2011

Minas 21

Vara criminal única emperra a Justiça

TJMG prometeu criar uma segunda unidade em Varginha, mas instalação está atrasada um ano e quatro meses

RENATA GALDINO

rgaldino@hojeemdia.com.br

MARGARIDA HALLACOC

mhallacoc@hojeemdia.com.br

O acúmulo de processos na 1ª Vara Criminal de Varginha, no Sul do Estado, está gerando uma crise na Justiça da cidade. Na tentativa de amenizar os problemas, o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Cláudio Costa, designou, na última sexta-feira, um juiz para cooperar, com exclusividade, nos trabalhos. Atualmente, 6.600 casos estão sob a responsabilidade da vara, a única instalada efetivamente no município. Uma segunda unidade de julgamentos criminais foi criada, por lei, em Varginha, mas não está em funcionamento. Em nota, o TJMG afirma que "está finalizando os trabalhos a fim de efetivar a sua instalação ainda este ano".

O atraso de um ano e quatro meses na implantação da 2ª Vara levou o titular da 1ª Vara, juiz Oilson Hoffman, a cobrar, na semana passada, agilidade. A criação da vara foi determinada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), depois que Hoffman mandou soltar 40 presos por excesso de prazo decorrentes do acúmulo de trabalho.

Somente em julho, a vara

recebeu 412 novos casos. Em junho, Hoffman afirmou, em ofício encaminhado ao TJMG, ter audiências marcadas até 29 de janeiro de 2014. "Parece que esta 2ª Vara Criminal para Varginha existe, mas é uma coisa informal, que não sai do papel. Não entendo a razão, pois cidades muito menores da região, como Alfenas, Lavras e São João del-Rei, já têm uma segunda vara. Outras, do

na, a juíza da Família pediu

O presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Bruno Terra, afirma que para dar conta do trabalho, no ritmo atual, o juiz Hoffman teria que passar pelo menos oito horas diárias só em audiência. "Isso se cada uma levar cerca de 20 minutos, mas o tempo é muito maior. Cada processo, em média, demanda no mínimo duas audiências", diz.

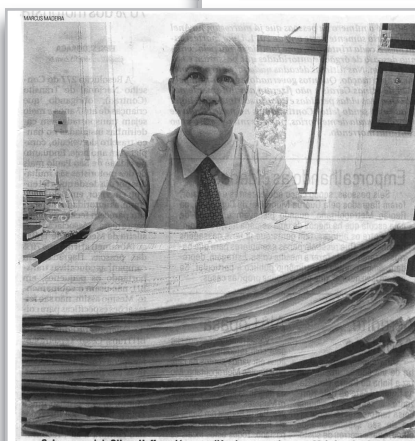
A crise na Justiça expõe um outro problema na cidade: a falta de defensores públicos. Cerca de 70% dos processos que tramitam hoje na 1ª Vara estão sob a responsabilidade da defensora Samantha Vilarinho, que trabalha sozinha. Uma outra vaga está em aberto na comarca. Não há previsão de quando um profissional será designado.

Para Samantha, a soltura de 40 presos em 2010 foi inevitável. "Há um excesso incommensurável de trabalho tanto no Fórum quanto na Defensoria Pública. Estava trabalhando 12 horas por dia, mas era a minha saúde ou o trabalho. Tive que diminuir o ritmo. Os processos aqui andam lentamente, tanto pela falta de outra Vara Criminal quanto pela falta de defensor público", diz.

Somente em julho, a 1ª Vara Criminal de Varginha, que acumula 6.600 casos, recebeu mais 412

porte de Varginha, como Pouso Alegre e Poços de Caldas, têm três", ressalta.

Na tentativa de atender o posicionamento do CNJ, o TJMG equipou uma sala no Fórum de Varginha com computadores e móveis. Cinco funcionários das Varas Cível, da Família e do Juizado Especial foram designados para a unidade. Porém, na última sema-



Sobrecarga: juiz Oilson Hoffman já tem audiências marcadas para 29 de janeiro de 2014

TRIBUNA DE MINAS (JUIZ DE FORA) • 11 DE SETEMBRO DE 2011

FERNANDA SANGLARD
Repórter

Quatro anos depois de ter sido preso, mesmo sendo portador de transtorno neuropsiquiátrico, um jovem, hoje com 24 anos, aguarda para receber indenização pelo erro cometido pela Justiça. Nascido em uma família pobre, o rapaz foi condenado por tráfico de drogas, apesar de ser considerado inimputável, devido ao retardo mental moderado. O caso foi revelado pela Tribuna em 2007 e, após cumprir nove meses de reclusão no Ceresp, prisão domiciliar e tratamento ambulatorial, L. teve a sentença anulada em 2008, diante da comprovada impossibilidade de responder pelos atos. Na época da prisão, o rapaz foi encontrado pela polícia, a poucos metros de casa, com sete papalotes de cocaína na mão. "Ele não tinha condição de entender o que pediram para segurar", diz a mãe, uma aposentada semianalfabeta, de 54 anos. Depois da anulação da sentença, a defesa protocolou pedido de indenização, para que L. pudesse ser ressarcido dos danos sofridos. Em 2009, a ação foi ajuizada, mas, até hoje, a família, que vive em condições precárias, aguarda um posicionamento judicial.

O processo deste jovem é apenas um dos cerca de nove mil que hoje integram o acervo da Vara da Fazenda Estadual. E a lentidão nas sentenças não é caso isolado, afetando boa parte das varas locais, sendo que, em algumas, há mais de 20 mil processos no acervo. Por falta de espaço no Fórum Benjamin Colucci, nenhuma das dez varas criadas em 2009 pôde ser instalada. Enquanto isso, a defasagem de pelo menos 130 funcionários não é supri-

O aumento da demanda e a carência de juízes são fatores responsáveis pelo atraso dos processos em Minas Gerais, mas, conforme o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Bruno Terra, não são os únicos, e a situação não fica restrita a Juiz de Fora. Uma série de circunstâncias, que se repete em outros estados, contribui para que a população sinta-se desassistida. "Quem mais sofre o prejuízo dos problemas do Judiciário é o cidadão", assevera. A falta de funcionários, estrutura e tecnologia, além da necessidade de revisão de códigos e leis, é apontada como o principal entrave.

Terra esclarece que, enquanto a recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) é que um juiz receba 500 processos por ano, o que ocorre no país é cada um receber cerca de 300 por mês. "É um problema nacional, e é intuitivo que seria impossível dar conta." Segundo ele, Minas tem aproximadamente 920 juízes e ainda conta com 130 desembargadores. Ou seja, a magistratura estadual soma pouco mais de mil em atividade. "A relação é de um juiz para cada 20 mil habitantes, quando o ideal seria haver um juiz para cada dez mil habitantes. Mesmo que isso não ocorra, seria importante chegar mais perto desse número. Qualquer alteração nesse sentido já seria um grande avanço."

'Peso para o inocente'

O presidente da 4ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Wagner Parrot, diz que as reclamações por parte da categoria são recorrentes, tanto pela demora quanto pela falta de estrutura, espaço físico adequado e de modernização no Fórum. Ele mesmo tem audiência agendada para 2013 na 1ª Vara Criminal. "Para o criminoso, a demora é boa, mas, para o inocente que aguarda a sentença, isso é um peso."

A advogada Juliana Gonzaga lamenta a falta de celeridade no andamento dos processos. Em julho do ano passado, ela ajuizou ação contra uma empresa de telefonia que não realizou os pedidos de transferência de endereço e posterior cancelamento da linha feitos pelo seu cliente. A audiência de conciliação no Juizado Especial foi rápida e ocorreu dois meses depois do ajuizamento. Contudo, sem acordo, a audiência de instrução e julgamento ainda não foi designada. A mesma advogada tem outros processos de clientes aguardando há mais de um ano, como uma ação para ressarcimento de prejuízos com acidente de trânsito que tramita na 2ª Vara Cível e um pedido de restituição de IPTU ajuizado em 2009 na 1ª Vara de Registros Públicos, Fazenda Municipal e Falências.

TRIBUNA DE MINAS
DOMINGO - 11/09/2011

Justiça lenta penaliza cidadãos

Enquanto 10 varas criadas não podem ser instaladas, casos como o do jovem que foi preso, mesmo sendo inimputável, aguardam sentença



Em uma casa humilde e, ao lado da mãe, L. aguarda há quatro anos por indenização pelo erro cometido pela Justiça

'Diálogo com a cidadania'

Mesmo se todas as varas e comarcas do estado estivessem instaladas e providas, ainda sim, o número de juízes seria insuficiente. Essa é a avaliação do presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Bruno Terra. Segundo ele, para resolver o problema do Judiciário, não basta haver mais juízes e aumentar o número de varas. "Temos que ter pessoal. Além disso, precisamos de solução para modernização tecnológica do Poder Judiciário, que esbarra na Lei de Responsabilidade Fiscal, e que, em quase todos os estados da Federação, faz com que os gastos com pessoal cheguem a quase 90% do orçamento. Ela não é adequada para as necessidades do Judiciário e para a prestação do serviço como a população merece."

Terra defende ser preciso um conjunto de soluções para melhorar o sistema, que passa pela revisão da lei, pela capa-

citação dos servidores e por alterações necessárias na legislação processual (códigos de Processo Penal e Processo Civil).

Como exemplo da necessidade, ele cita que demandas de planos econômicos renderam milhões de processos por todo o país, mas o código obriga a tratá-los individualmente. "Fundamentalmente a matéria é a mesma, mas os juízes precisam analisar de forma independente." Terra destaca que, com a Constituição de 1988, a demanda aumentou devido ao maior acesso da população.

O presidente da Amagis também acredita que os tribunais precisam se abrir mais ao público. Segundo ele, a solução é complexa. "Não é só aumentar número de juízes, de varas, mudar códigos e leis. É preciso promover alterações estruturais, fazendo com que o Poder Judiciário dialogue melhor com a cidadania."

ESTADO DE MINAS (BH) • 27 DE SETEMBRO DE 2011

ESTADO DE MINAS • TERÇA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2011



>>mario.fontana@uai.com.br

CULTURA

MÁRIO FONTANA

AMAGIS

COMENDA GUIDO DE ANDRADE

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) promove em 6 de outubro solenidade para a entrega da Comenda Desembargador Guido de Andrade, a mais alta honraria conferida anualmente pela instituição a personalidades que tenham contribuído para o fortalecimento da classe judicante e prestado relevantes serviços à instituição. A comenda é altamente valorizada, pois restringe-se o número de agraciados. Vão receber a medalha o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro, o comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel Renato Vieira de Souza, e o jurista Sálvio de Figueiredo Teixeira, ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça. Às 19h30, em evento anfitriado pelo presidente da Amagis, juiz Bruno Terra Dias. O orador oficial será o desembargador Geraldo José Duarte de Paula.

RELEMBRANÇAS

ITAMAR

A Comenda Desembargador Guido de Andrade foi a última condecoração recebida em Minas Gerais pelo ex-presidente Itamar Franco, em solenidade realizada em outubro de 2010. Itamar ficou sensibilizado com a homenagem dos magistrados. No pequeno grupo de agraciados estava o ministro Carlos Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, e o secretário de Estado de Governo, Danilo de Castro.

FOLHA MACHADENSE (MACHADO) • 17 DE SETEMBRO DE 2011

Machado, MG, sábado, 17 de Setembro de 2011

FOLHA MACHADENSE

Presidente da Associação dos Magistrados de MG visita Machado

O presidente da Associação dos Magistrados de Minas Gerais, Bruno Terra Dias, visitou os juízes titulares da Comarca de Machado, Fernando Antônio Tamburini Machado e Cláudio Hesketh, na manhã de ontem, sexta-feira.

De acordo com o magistrado, a visita se dá dentro do trabalho de mobilização da classe para Dia Nacional de Alerta do Poder Judiciário, marcado para a próxima quarta-feira, 21 de setembro. "A magistratura mineira está engajada em mostrar à população os grandes problemas que afligem o Poder Judiciário".

O juiz Bruno Terra Dias afirmou que a campanha baseia em quatro eixos: o propósito de debater as dificuldades enfrentadas pela classe; as condições de trabalho; a necessidade de assessoria aos magistrados; e a segurança pessoal dos juízes e dos fóruns. "Com a inflação acumulada desde janeiro de 2006 – data do último reajuste – os vencimentos da classe são de 14,59%.



Cláudio Hesketh, juiz da 2ª Vara, Bruno Terra Dias, presidente da Associação dos Magistrados de Minas Gerais, e Fernando Antônio Tamburini Machado, juiz da 1ª Vara da Comarca de Machado

"Estamos diante da necessidade de reformas nos códigos de processo, que obrigam o magistrado a trabalhar cada processo de maneira individual, de forma artesanal, ao passo que as ações chegam aos milhares aos fóruns", explicou Bruno Terra.

O presidente da Associação dos Magistrados do Estado afirmou, ainda, que está em pauta a qualificação dos servidores forenses e a implementação de tecnologia, dentre outros aspectos. "Com tamanha demanda de processos, os juízes necessitam de assessoria que realize pesquisa nas legislações, doutrinas e jurisprudências".

Para abordar a questão da segurança pessoal dos magistrados e dos fóruns, Bruno Terra lembrou o assassinato da juíza Patrícia Acioli, em Niterói (RJ). "Não foi apenas um crime contra a juíza, que já é grave. Foi um atentado à cidadania. Estamos diante da criminalidade que trabalha organizada, com muito dinheiro e armada".

também, que para os juízes é reivindicada a recomposição inflacionária para os vencimentos de 14,59%. Para os servidores do Supremo Tribunal Federal é que existe o pleito de reajuste em torno de 46%.